Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)

Memória Técnica da 7ª Reunião do GT-Controle (CT-AS)

Grupo de Trabalho:	GT-Controle da CT-AS
Reunião:	7ª Reunião
Data:	30/09/2022
Local:	Videoconferência – *Google Meet*: *meet.google.com/hed-fxkd-mbb*
Assunto(s) em discussão:	Nessa reunião foi apresentado o andamento das atividades do plano de trabalho da CT-AS, principalmente sobre a implementação do Plano de monitoramento quali-quantitativo das águas subterrâneas nas Bacias PCJ.
Pauta:	1. Abertura; 2. Aprovação da minuta de memória técnica da 6ª Reunião do GT-Controle, realizada em 05/09/22, via videoconferência; 3. Acompanhamento das ações do GT-Controle no Plano de atividades da CT-AS; 4. Atendimentos do GT-Empreendimentos: indicação de mais um membro do GT-Controle para participação desse grupo; 5. Outros assuntos; 6. Encerramento.
Conclusões e Encaminhamentos:	A Sra. Sibele Ezaki (IPA), coordenadora do GT-Controle, agradeceu a presença de todos os presentes e iniciou a reunião. Quanto ao item 02, a Sra. Sibele (IPA) colocou para aprovação a minuta da Memória Técnica da 6ª Reunião do GT-Controle, realizada em 05/09/22, sendo aprovada por unanimidade. Em relação ao item 03, apresentou as atividades que constam no Plano de Trabalho da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS) dos Comitês PCJ e explicou como está o andamento, conforme os itens listados abaixo: a) VI Workshop de Águas Subterrâneas dos Comitês PCJ: foi realizado no mês de outubro de 2021 e já tem previsto o orçamento para realização do próximo workshop em 2023; b) Discussão da estratégia e acompanhamento da implementação do Plano de monitoramento quali-quantitativo das águas subterrâneas nas Bacias PCJ: a Sra. Sibele explicou que seria importante relatar a linha do tempo sobre a implementação do Plano de Monitoramento. Diante disso, relatou que no final do ano de 2019 a empresa Profill entregou a versão final do produto 4 referente ao Plano de Monitoramento Quali-quantitativo das Águas Subterrâneas nos comitês PCJ, e foram feitas várias revisões em que o GT-Controle acompanhou em conjunto com o Grupo Técnico de Acompanhamento (GTA). Tendo em vista o início da pandemia em 2020, as reuniões passaram a ser realizadas por videoconferência, e em 23/06/2020 a Profill apresentou o Relatório Final na 64ª Reunião Ordinária da CT-AS com a arquitetura do plano de monitoramento (localização, quantidade e tipos de poços a serem construídos e monitorados), além de um Termo de Referência (TR) para contratação futura de uma empresa a executar a implantação da rede de monitoramento. Nessa discussão, a Agência das Bacias PCJ explicou que o processo não era tão simples, pois um dos questionamentos era quem iria monitorar a rede. Diante disso, foram feitas reuniões com o DAEE e a CETESB (grupo de monitoramento do Estado de SP), e a orientação da CETESB foi que essa rede deveria ser monitorada no âmbito das Bacias PCJ, já que os critérios para seleção de poços da CETESB são muito específicos. Foram realizadas discussões em várias reuniões no âmbito Comitês PCJ, com Agência PCJ, com DAEE, mas foi necessário que a coordenação da CT-AS solicitasse uma reunião em

	19/11/2020 com o Secretário Executivo do CBH-PCJ e do PCJ Federal, na época, o Sr. Luiz Roberto Moretti, em que a CT-AS expôs a dificuldade em dar andamento à execução do TR para contratação das atividades correspondentes à Implementação e Operação da Rede de Monitoramento proposta. O Sr. Moretti sugeriu que fosse avaliado o modelo de contratação entre Agência PCJ, a Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica (FCTH) e o DAEE para águas superficiais, e qual seria a viabilidade de integração do monitoramento de águas superficiais com o de águas subterrâneas. Outra sugestão foi conhecer a Sala de Situação (SSPCJ) para avaliar o modelo de saída de dos dados monitorados. Em 22/02/2021, foi realizada uma reunião do GT-Controle com o DAEE (Eng. Gré Lobo) em que foi exemplificada a implantação da rede segundo dois modelos no Vale do Paraíba do Sul, sendo uma forma o monitoramento fiscalizado pelos órgãos gestores e outra forma pela Agevap que contatou pesquisadores e órgãos gestores (DAEE, CETESB, entre outros) e que precisaria integrar o monitoramento de águas superficiais e subterrâneas. Outra reunião ocorrida em 12/04/2021 com a coordenação da CT-AS e o DAEE-Piracicaba, a Sra. Sibele disse que a Sra. Isis Franco (DAEE) fez uma apresentação sobre a Sala de Situação e explicou que já existia um Programa de Monitoramento Integrado da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) e do GT-Qualidade dos Comitês PCJ através de um Acordo de Cooperação Técnica entre DAEE, CETESB e Agência PCJ, e esse seria o caminho para entender melhor o funcionamento e propor a entrada das águas subterrâneas nesse monitoramento. Segundo o senhor Marco Garcia da CT-SAN (à época), a CT-AS poderia escrever um item/parágrafo sobre o monitoramento de águas subterrâneas para compor o Programa. Complementando, a Sra. Sibele informou que foi questionado se seria possível integrar as águas subterrâneas nesse Acordo de Cooperação, mas o assunto ficou pendente. Nesse sentido, ela disse que para amadurecer esse assunto seria interessante agendar uma reunião com o coordenador da CT-MH e discutir a viabilidade de integrar as águas subterrâneas em tal Programa e/ou na Cooperação Técnica, e na sequência revisar o TR de implantação da rede de monitoramento e fazer esse alinhamento com a Agência PCJ. Diante dessas dificuldades, a Sra. Sibele informou que foi apresentado na reunião da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ, em 02/09/2022, o recurso estadual previsto no Plano de Ação e o Programa de Investimentos (PA/PI), e para o ano de 2023 essa ação do Plano de Monitoramento está zerada. Sobre esse recurso, O Sr. Edilson Pentean (AEAAV) perguntou se teria a possibilidade de solicitar essa verba novamente e a Sra. Sibele respondeu que para esse ano não seria possível tendo em vista que a minuta de deliberação já foi encaminhada para ser aprovada na próxima reunião Plenária dos Comitês PCJ, prevista para o dia 04/10/22, mas que poderá ser solicitado (re)inclusão para os anos de 2024 e 2025. Como encaminhamento, ela disse que iria agendar uma reunião com o Sr. André Navarro (Secretário-executivo do CBH PCJ e do PCJ FEDERAL) em conjunto com coordenadora-adjunta da (CT-PB), a Sra. Raquel Metzner, para conversar sobre a ação relacionada ao monitoramento. c) Execução de estudos hidrogeológicos para a delimitação de áreas de restrição e controle nos municípios de Americana e Nova Odessa: a Sra. Sibele disse que está na fase de discussão e revisão e o Sr. Didier Gastmans (UNESP/CEA) sugeriu de inserir quais são os critérios que precisam constar nas perguntas que serão direcionadas para empresa contratada; d) Avaliação disponibilidade hídrica e recarga no sistema Aquífero Guarani nas Bacias PCJ e estabelecimento de diretrizes para o uso e proteção: esse é um estudo que ainda não foi desenvolvido o TR, pois depende da finalização do TR citado no item “c”;

	e) Divulgação de conhecimento em águas subterrâneas nos Comitês PCJ: a ideia é discutir esse assunto no Grupo de Trabalho de Comunicação (GT-Comunicação), inclusive a organização do workshop previsto para 2023; f) Consistência de Banco de Dados de Poços Tubulares das Bacias PCJ: ainda não é o momento para discussão dessa ação; No tocante ao item 04, a Sra. Sibele informou que houve um aumento na demanda do GT-Empreendimentos, onde são analisados os EIA/RIMA submetidos aos Comitês PCJ, e todas as coordenações das CTs são convocadas para ler o material e retornar com suas análises, que são compiladas em um parecer. Nesse sentido, perguntou se algum membro do GT poderia dar esse suporte para analisar esses empreendimentos e o Sr. Edilson (AEAAV) se disponibilizou em auxiliar nessas análises dos empreendimentos. Complementando, a Sra. Rebeca Silva (SE/PCJ) explicou que essas reuniões ficam no âmbito das coordenações das CTs, e são convocadas quando há empreendimento para análise, não havendo, a reunião é cancelada. Então, sobre essa solicitação da participação de terceiros, a recomendação seria formalizar esse pedido por e-mail para a SE/PCJ, que irá analisar a solicitação. Quanto ao item 05, ficou combinado um prazo maior para as contribuições no documento do TR de restrição e controle até o final da próxima semana (06/10/22), e agendar uma data para próxima reunião do GT-Controle após esse prazo. Além dessa reunião com membros, a Sra. Sibele disse que irá agendar uma reunião com o Sr. André Navarro (Secretário Executivo) para conversar sobre o Caderno Temático de Águas Subterrâneas e uma reunião com a coordenação da CT-MH sobre a rede de monitoramento. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Sibele Ezaki (IPA) agradeceu a participação dos membros e encerrou a reunião.
Próxima reunião:	A definir.
Observações:	- Caderno Temático de Águas Subterrâneas do Plano de Bacias PCJ 2020-2035, *link*.
Responsável pela redação:	Equipe de apoio às Câmaras Técnicas da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ.

Participantes – Nome completo (Entidade)	
1	Deborah do Valle Nuvens Lunardi (DAEE)
2	Didier Gastmans (UNESP/CEA)
3	Edilson Pentean (AEAAV)
4	Graziela Lopes Bertolino (DAEE)
5	Júlia Octaviano Noale (DAEE)
6	Kaique Barretto (Agência das Bacias PCJ)
7	Mara Akie Iritani (IPA)
8	Nádia Franqueiro Corrêa (IPT)
9	Rebeca Cristine Ferreira da Silva (Agência das Bacias PCJ)
10	Sibele Ezaki (IPA)
11	Tainá Moura (Agência das Bacias PCJ)